

Data: 2013/11/20

OJE - PRINCIPAL

Título: Atrasos são problema estrutural que se agrava com a má conjuntura

MAIS RESPONSÁVEL

COMPROMISSO PAGAMENTO PONTUAL E EMPRESAS RESPONSÁVEIS

Atrasos são problema estrutural que se agrava com a má conjuntura

O pagamento pontual das faturas é um fator determinante para a competitividade das empresas, enquanto um melhor equilíbrio entre vida familiar e profissional garante maior dedicação, produtividade e motivação dentro das mesmas companhias

POR VER

PÁGS. 10 A 16



R

Mais Responsável

EDITADO MENSALMENTE

Também disponível em OJE.pt • ipad • iphone • android

"Liderança e Empresa"

WORKSHOPS Está a decorrer até dezembro, em diversas cidades do País, um ciclo de workshops dedicado à temática "Liderança e Empresa". Dirigida aos líderes das Pequenas e Médias Empresas, a iniciativa reflete sobre seis temáticas de Liderança Responsável, com importância estratégica para o sucesso das organizações. O objetivo é apoiar estes dirigentes no

desenvolvimento de práticas nesta matéria. Para tanto, os workshops promovidos no âmbito do Programa AconteSER: Liderar com Responsabilidade, assentam numa metodologia participativa e experiencial, que integra o debate e a reflexão sobre os temas em análise com o treino de competências e experiências práticas. Mais informações: www.acege.pt



Como recuperar as PME a curto prazo

ESTUDO

A ECONOMIA não pode dispensar de um programa de recuperação das PME no curto prazo. E essa tarefa terá de ser "suficientemente coerente e completa" para que estas organizações "consigam reverter a situação global de degradação imposta pelos efeitos destrutivos da crise", recuperando financeira, competitiva e concorrencialmente. É esta a grande conclusão a retirar do estudo "A Crise Económica e Financeira e a Sustentabilidade das PME", que a Augusto Mateus & Associados finalizou em outubro. O documento propõe uma série de recomendações: ao nível da viabilização de uma tesouraria sustentável, reforçar os mecanismos de indução pública do cumprimento dos prazos de pagamento a fornecedores; alargar o alcance dos mecanismos de "IVA com Recibo", incluindo a extensão da sua abrangência a empresas com até um milhão de euros de faturação; e disponibilizar recursos para a reestruturação financeira de curto prazo das PME viáveis, com dificuldades de tesouraria.

Quanto à viabilização de um novo esforço de capitalização das PME, o estudo recomenda o lançamento de um esquema de simplificação tributária das pessoas coletivas com um volume de atividades pequeno; a introdução de um regime transitório (2014-2015) de incentivo à conversão de lucros em capital próprio; e a inclusão, na programação estrutural para 2014-2020, de instrumentos de política pública que favoreçam a capacidade de investimento das PME.

No que respeita a viabilização de iniciativas de qualificação do capital humano, Augusto Mateus sugere que se lance um programa de capacitação de empresários e gestores focado nos novos modelos de negócio e de especialização; e que se alargue a capacidade das PME no recrutamento de estagiários e ações de formação.

EM PARCERIA COM:

ver

Valores, Ética e Responsabilidade

www.ver.pt

COMPROMISSO PAGAMENTO PONTUAL

Pagar a horas alavanca economia e emprego

"O EFEITO de um pagamento pontual imediato a 60 dias originaria a criação de 120 mil postos de trabalho". O exercício, enunciado pela ACEGE, demonstra bem as consequências, não só económicas, mas também de "destruição social e humana" que o atraso no pagamento de faturas a fornecedores provoca. Nos últimos cinco anos, estima-se uma perda de 72 mil postos de trabalho, devido a este incumprimento.

Somados os cerca de 5 mil mi-

lhões de euros que o Estado (o pior pagador) deve com atraso, aos 6 mil milhões de incobráveis e aos montantes que estão parados na justiça e que ainda não são contabilizados como incobráveis, o resultado é "uma verdadeira fortuna nas mãos da incompetência nacional". A qual impede sete em cada dez empresários de exercer a sua vocação natural: investir.

É a partir destes cálculos que a Associação Cristã de Empresários e Gestores reforça, com uma nova To-

mada de Posição, o Compromisso Pagamento Pontual, cuja relevância estratégica para a competitividade das empresas e para o crescimento da economia é reconhecida pelos parceiros da iniciativa e por vários especialistas (ver pág. 12).

Agir com veemência, através de uma posição conjunta que reúne atualmente 130 subscritores, é o imperativo que se coloca face a um problema estrutural do País que tem a sua origem no mau exemplo do Estado e numa "cultura enraizada

de egoísmo empresarial" e que se agrava com a má conjuntura económica.

Face ao estrangulamento das tesourarias e à subcapitalização das PME, particularmente afetadas, o investimento privado competitivo é a variável chave da recuperação. Conquistá-la implica adotar um reposicionamento estratégico onde não cabem más práticas como o atraso nos pagamentos, que afastam investidores e penalizam empresários.

Portugal é um dos piores pagadores na Europa

ÍNDICE

O ATRASO nos pagamentos afeta a liquidez, mas afeta também a competitividade e a produtividade das empresas. Os resultados da edição de 2013 do European Payment Index, análise que inclui dados relativos a empresas e ao Estado sobre níveis de risco e prazos de paga-

mento, indicam que Portugal tem uma das piores classificações face à média da Europa, num índice de risco variável entre cem (o melhor) e duzentos (o pior): a pontuação nacional é de 190, contra os 151 pontos que constituem a média europeia.

O estudo, elaborado a partir de inquéritos realizados a 9800 dire-

tores financeiros e CEO de 29 países, entre finais de 2012 e início de 2013, bem como de índices de risco por cada país compilados nas bases de dados sobre empresas da Intrum Justitia, que coordena toda a análise, revela concretamente que existem 5,9 mil milhões de euros de dívidas incobráveis nas empresas portuguesas (o que representa

um crescimento de 8%, em relação a 2012).

Em mais de metade dos países analisados registou-se um aumento dos riscos de pagamento e um terço deles, Portugal incluído, apresenta um perfil de risco que obriga a uma intervenção urgente, conclui o documento recentemente apresentado.



INTRUM JUSTITIA

Reflorestar o concelho de Cascais

▶ VOLUNTARIADO

UM GRUPO de colaboradores voluntários do Santander Totta participou, no dia 31 de outubro, numa ação de plantação de árvores na Malveira da Serra, no concelho de Cascais.

Desenvolvida em parceria com a ANEFA - Associação Nacional de Empresas Florestais, Agrícolas e do Ambiente e o município de Cascais, a iniciativa integrou-se no Projeto Pronatura, no qual o Banco participou, e que tem como principais objetivos reflorestar zonas aridas, reabilitar áreas degradadas e valorizar matas, florestas e parques.

Durante a ação, os colaboradores aprenderam alguns dos procedi-

mentos a adotar na plantação de árvores de diferentes espécies, como o carvalho, o sobreiro ou o medronheiro, em zonas de floresta.

Esta ação de voluntariado com vista à reflorestação do concelho de Cascais vem no seguimento de uma campanha de sensibilização que o Banco lançou no final de 2011, com a denominação "Dê uma pausa ao Planeta". Através desta campanha, o Banco pretende sensibilizar os seus colaboradores para a importância da redução de consumos, divulgando entre eles algumas "pausas" que todos podemos dar ao planeta, mediante a adoção de hábitos e práticas ambientais corretas.

A iniciativa decorreu no âmbito da política de sustentabilidade am-

Durante a ação, os colaboradores aprenderam procedimentos a adotar na plantação de árvores de diferentes espécies, em zonas de floresta



biental do Banco, que se baseia na preservação do meio ambiente e na promoção de boas práticas ambientais.

E, para promover boas práticas a esse nível, o Santander Totta defi-

niu um plano de eficiência energética, que prevê uma redução dos consumos ambientais até 2015. Em 2012, o Banco reduziu em cerca de 15% o seu consumo de energia e em 14% a sua pegada de carbono, face a 2011.

A implementação de medidas de

racionalização energética nos edifícios centrais e balcões, uma política de mobilidade assente em menos viagens e mais reuniões "virtuais" e a promoção de energias renováveis com recurso à microgeração têm sido algumas das iniciativas desenvolvidas.

Candidaturas abertas aos Prémios Sociais 2013



▶ MÉRITO

A FUNDAÇÃO MAFPRE deu início às convocatórias dos Prémios Sociais 2013, que visam reconhecer pessoas ou instituições que se destacaram na realização de trabalhos em benefício da sociedade nas áreas científica, cultural e social. Estes prémios, com o valor pecuniário de 30 mil euros, são atribuídos em quatro categorias: Prémio José Manuel Martínez Martínez, Prémio para a Melhor Ação Solidária, Prémio para a Melhor Ação de Prevenção de Acidentes e de Danos e Prémio para a Melhor Gestão Ambiental.

O Prémio José Manuel Martínez Martínez, em homenagem ao presidente honorário da MAFPRE, visa reconhecer uma pessoa com mais de 70 anos pela sua vida profissional exemplar e pelo serviço prestado em prol da sociedade e das pessoas.

O Prémio Melhor Ação Solidária tem como objetivo premiar uma pessoa ou entidade que realize uma ação social eficaz e de destaque, em prol de pessoas ou grupos sociais desfavorecidos, ajudando-os a superar limitações físicas, económicas ou sociais.

O Prémio para a Melhor Ação de Prevenção de Acidentes e Danos para a Saúde, que pretende reconhecer uma contribuição relevante de entidades ou pessoas na prevenção de riscos ou acidentes nas áreas de Segurança Rodoviária e de Promoção da Saúde, está aberto a pessoas ou entidades públicas ou privadas que tenham desenvolvido um projeto ou ação, cujos resultados tenham contribuído para reduzir significativamente os índices de acidentes da sociedade, por exemplo, iniciativas destinadas a reduzir acidentes de trânsito, domésticos e de trabalho.

Por último, o Prémio para a Melhor Gestão Ambiental, que visa homenagear uma instituição que tenha realizado um projeto ou ação que tenha contribuído de forma relevante para a preservação do meio ambiente – desenvolvimento sustentável, conservação do meio ambiente, diminuição da contaminação por resíduos, prevenção do aquecimento global e divulgação e sensibilização ambiental.

O prazo de entrega das candidaturas prolonga-se até ao dia 15 de dezembro.

"O atraso nos pagamentos está a matar a economia"

O problema é cultural e está enraizado: o atraso no pagamento de faturas a fornecedores em Portugal resulta mais de uma má prática contrária à capitalização estratégica das empresas do que do atual ciclo económico, como concluiu um painel de personalidades de vários quadrantes da sociedade na iniciativa "Pagar a Horas, Fazer Crescer Portugal", recentemente realizada. Face ao estrangulamento crónico das tesourarias e à falta de competitividade das PME, é urgente despertar consciências e mudar atitudes



ACEGE

▶ **ANTÓNIO PINTO LEITE**

Presidente da ACEGE

Sublinhando que a tomada de posição da Associação Cristã de Empresários e Gestores (ACEGE) através do Compromisso Pagamento Pontual constitui uma "medida elementar para horrar um mínimo ético empresarial", o seu presidente recorda que "todas as empresas que aderiram estão a receber, provavelmente, acima dos cem dias, mas a pagar nos primeiros trinta". Ou seja, "estão a financiar a economia portuguesa, tal como os seus acionistas". O problema já "não se resolve com falhanças mansas", admite António Pinto Leite, mas com "pedagogia e pressão". Lamentando que o Estado, para além de constituir "um obstáculo" a uma cultura de pagamentos pontuais (porquanto é o pior pagador), seja hoje "um monstruoso álibi para que as empresas não paguem a horas", o presidente da ACEGE esclarece que "muitas não pagam porque não querem", gerindo as suas tesourarias "de uma maneira anti-económica e anti-social". Neste contexto, a adesão à "terceira vaga" deste Compromisso representa um instrumento de pressão contra o "egoísmo empresarial" que grassa no País, profundamente lesivo para a economia.



CIP

▶ **ANTÓNIO SARAIVA**

Presidente da CIP

"O atraso nos pagamentos está a matar a economia". É com esta frontalidade que António Saraiva se refere ao incumprimento na liquidação de faturas. Lamentando "a dimensão destes atrasos no setor público", atualmente na ordem dos 2,7 mil milhões de euros, bem como "o estrangulamento das tesourarias" nas PME, o presidente da CIP recorda que apesar do esforço que permitiu reduzir a dívida associada aos atrasos (que no final de 2012 se cifrava em 4,6 mil milhões de euros) "é ainda muito o dinheiro que o Estado deve à economia". Hoje, são necessários "cerca de 18 mil milhões de euros para recapitalizar algum tecido empresarial", calcula. Face à realidade, "não há soluções milagrosas". Mas há medidas viáveis, por exemplo, utilizar uma parte da verba destinada a recapitalizar a Banca (12 mil milhões de euros, dos quais cerca de 6 mil milhões "estão por usar") "para amortizar o problema da dívida do Estado à nossa economia, na ordem dos 3 mil milhões de Euros".



IAPMEI

▶ **LUÍS FILIPE COSTA**

Presidente do IAPMEI

Reiterando que a destruição do emprego é um dos efeitos mais graves do atraso no pagamento de faturas, o presidente do Conselho Diretivo do IAPMEI lamenta o atraso na economia que esta má prática provoca, admitindo também as suas "causas profundas" e contrárias ao investimento "numa adequada capitalização da empresa". Para Luís Filipe Costa, "terão de haver vários abanões na sociedade portuguesa" para que predomine o cumprimento dos prazos de pagamento acordados. A "subcapitalização crónica" das PME concorre para agravar as dificuldades de pagamento dentro do prazo e aumenta a tendência para estas empresas se financiarem junto dos seus fornecedores e para alongarem ao máximo os prazos. Já a reforma do Estado em curso, "para ser digna desse nome, terá de enfrentar este problema", bem como uma revisão do IVA de Caixa, "que pode e deve ser alargado". Cliente de que o atraso nos pagamentos se alastra fortemente a uma cadeia, "num efeito dominó" perverso, o presidente do IAPMEI acredita que é necessário promover iniciativas que façam parte de um movimento de ataque, essencial para dotar as empresas de autonomia financeira.



QREN-COMPETE

▶ **FRANQUELIM ALVES**

Gestor do QREN - COMPETE

Enunciando dois problemas distintos, o cumprimento da lei e gestão do ciclo económico e da crise, Franquelim Alves explica que o fundo de manio é uma parte importante do investimento em qualquer projeto: "quanto mais dinheiro houver a cobrar, mais investimento terá de ser financiado para manter o negócio". Além disso, "uma rotação mais baixa do capital tem um efeito pernicioso ao nível da eficiência económica, para as empresas e para o País, particularmente em alturas em que o custo do capital tende a aumentar". No que respeita à aplicação da diretiva comunitária que impõe regras de obrigação de cumprimento de prazos de pagamento, nomeadamente nas PME, o gestor do QREN-COMPETE reconhece que Portugal "tem um problema de enforcement do ponto de vista legal, há instrumentos. Têm é de se aplicar". Já o nível de incumprimento respeitante ao crédito malparado relaciona-se mais com "a questão da crise e do ciclo económico", sendo relevante pensar em "dotar as empresas de capacidade financeira para serem capazes de resistir" ao atual contexto, conclui.



ECONOMISTAS

▶ **RUI MARTINHO**

Bastonário da Ordem dos Economistas

Pagar a horas é "uma função de todos" e, se o bom exemplo "não vem de cima", ou seja, do Estado, é complicado que, quem dele depende, adote a "necessária mudança de atitude". Rui Martinho acredita que as Ordens de profissionais podem contribuir para que as empresas alterem comportamentos pouco responsáveis a este nível, justamente "dando o exemplo". O problema do atraso nos pagamentos tem um efeito "de milhares de milhões (de euros) que provavelmente reporiem o nosso PIB" e, se fosse ultrapassado, colmataria "o número de falências que origina, o desemprego que arrasta e a concorrência desleal", defende o Bastonário. De resto, "poucos empresários seguem a lei com rigor" ou sabem sequer da sua existência, diz. A associação das empresas e instituições como as Ordens à iniciativa Compromisso Pagamento Pontual contribui para a sua divulgação, cultivando uma cultura de consensos essencial para "quebrar este círculo vicioso, que é o de 'recebe-se com atraso, paga-se com atraso'", afirma Rui Martinho.



ENGENHEIROS

▶ **CARLOS MATIAS RAMOS**

Bastonário da Ordem dos Engenheiros

Particularmente afetado pela crise, o setor da construção "é aquele em que é mais visível esta situação dos atrasos, a qual tem conduzido ao encerramento de dezenas de PME por dia". E se, no que toca ao incumprimento das empresas públicas e câmaras municipais, "as dívidas no princípio deste ano eram de aproximadamente 1,6 mil milhões de euros (autarquias e administração central), um terço das autarquias tem a sua situação em dia, num comportamento digno de referência", adianta Carlos Ramos. O problema são "os restantes dois terços", verificando-se, em média, atrasos na ordem de 8,2 meses. Quanto aos privados na área da construção, o que provocou a rutura "foi a paragem abrupta das promoções imobiliárias, que arrastou as empresas para o Plano Especial de Recuperação", afirma o Bastonário. Sobre o IVA de Caixa, que se destina a empresas com operações até 500 mil euros, considera que, apesar de ser "um fator determinante em termos de tesouraria, muitas empresas não o conseguem aproveitar".



ROC

▶ **JOSÉ AZEVEDO RODRIGUES**

Bastonário da Ordem dos ROC

Para José Azevedo Rodrigues, "esta matéria é um problema nacional", cuja relevância é "tanto maior quanto cria uma distorção de natureza contratual", com impactos visíveis para a economia. O atraso nos pagamentos e o subsequente efeito nos cashflows das empresas é uma dificuldade efetiva, em particular para as pequenas empresas, e nalgumas atividades "o efeito pode ser devastador". Certo é que "os custos de financiamento e os custos de gestão envolvidos nos pagamentos reduzidos ou incertos significam erosão na rentabilidade da empresa". E, "quando estamos num mercado com margens cada vez mais baixas", podem mesmo eliminar a criação de valor das empresas e ser um dos principais motivos de falências e insolvências das empresas, alerta. Por outro lado, "na necessidade de obter liquidez, o gestor deixa de ter tempo para aquilo que é fundamental no negócio - a estratégia - e para aprofundar relacionamentos com clientes e fornecedores", considera o Bastonário da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.



TOC

▶ **ANTÓNIO D. AZEVEDO**

Bastonário da Ordem dos TOC

"Temos de ter a coragem e a inteligência de encontrar fórmulas diferentes" para combater este problema, mas "muito dificilmente a solução estará na aplicação direta da lei", afirma Domingues Azevedo, advertindo que a execução do cliente que não pagou a tempo tem muitas vezes como consequência a perda desse cliente. Mas as empresas podem mencionar na fatura que a falta de pagamento confere ao alienante o direito de cobrar juros, diz, criando "a consciência de que o incumprimento poderá ser penalizado". Embora defendendo que, com o IVA de Caixa, se "quebrou um tabu", o Bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas é crítico sobre esta matéria: o sistema "está burocratizado e com demasiado receio que possa haver fugas" ao funcionamento deste regime, ao qual aderiram apenas 160 pessoas na 1.ª fase (até 30 de setembro). É muito pouco", conclui. Na sua opinião, o Compromisso Pagamento Pontual constitui "um apelo à consciência de cada um para que tenha valores de cidadania".